

**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO  
ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 11/06/2025**

No dia 11 de junho de 2025, às 14:30min, no formato híbrido, teve início a Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Política Cultural – CEPC/PE. Presentes à reunião os seguintes Conselheiros (as) Titulares: **Nivaldo Jorge da Silva; Arthur Bruno de Medeiros Teti; Thaynna Leocádio Trajano Lacerda Sousa; Fábio Alexandre Melo Ferreira da Silva; Severino Carlos Amorim; Ana Paula de Santana; Wagner Staden de Vasconcelos Egito; Cleonice Maria dos Santos; Gilmar Correia da Silva; Roberto Gercino; Wilyssys Wolfgang Reis Dias Araújo; Filipe Moura; Josenildo Sinésio; Juliana Amaral Crasto Rodrigues; Rennan Mendes dos Santos.** Conselheiros (as) Suplentes: **Natália Oikawa; Lana Monteiro; Renan Cabral da Silva; Isabelle Melo Pereira; Wilton de Melo Barbosa** Informes: **1. PNAB (Calendários e devolutivas). 2. Eleição do CEPC e Comissões Setoriais.** **Amanda Carneiro** deu início à reunião extraordinária e, logo em seu primeiro ato, informou sobre dois convites: o primeiro, para a exposição fotográfica “Origem”, de Paulinho Filizola, com curadoria de Raul Lody, em cartaz de 5 a 29 de junho, no espaço Cícero Dias, no MEPE, com entrada gratuita e convite estendido aos conselheiros; e o segundo, para uma roda de diálogo sobre capoeira, no Teatro Arraial, no dia 12 de junho, articulada por Mickael, conselheiro suplente do Conselho de Preservação. Amanda também mencionou que a pauta da reunião seria compartilhada no chat (01. PNAB – calendários e devolutivas; 02. Eleições do CEPC e Comissões Setoriais) e abriu espaço para informes dos conselheiros e da sociedade civil, enquanto aguardavam a chegada do presidente, que se atrasou. Solicitou ainda que os participantes identificassem seus nomes e instituições no chat. Por fim, passou a palavra a Flora Romanelli, para um relato sobre um equipamento cultural em Petrolina. **Flora Romanelli** agradeceu a oportunidade de falar e relatou a situação preocupante de um prédio em Petrolina, originalmente destinado a ser um espaço de arte e cultura vinculado à UNIVASF. Ela explicou que o terreno, de propriedade do governo de Pernambuco, foi cedido por 20 anos à universidade, que construiu o prédio com verba federal. No entanto, o local nunca funcionou efetivamente como previsto, gerando estranhamento e constrangimento para a comunidade e para a própria UNIVASF. Segundo ela, nunca houve uma gestão voltada às artes, nem paridade no Conselho entre professores de artes e de ciências. O espaço, denominado Espaço de Ciência e Cultura, pode até mudar de nome, e Flora se comprometeu a compartilhar a lei de doação do terreno, que contém artigos importantes sobre sua finalidade. Flora complementou sua fala informando que o documento sobre a cessão do terreno à UNIVASF é facilmente encontrado on-line e apresenta regras claras sobre o uso do espaço, evidenciando que a universidade falhou em efetivar seu uso adequado. Atualmente, o Porto Digital pleiteia o prédio, o que preocupa os envolvidos com arte e cultura. Ela relatou que o reitor não

## REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 11/06/2025

se opõe à presença das artes, mas também não oferece apoio concreto. O local conta com duas exposições permanentes de ciências, mas funciona apenas com visitas agendadas, sem protagonismo das artes. Flora destacou que a extensão universitária deveria contemplar todas as áreas do conhecimento, incluindo as artes, e que o Plano de Desenvolvimento Institucional previa, até 2019, a criação de um espaço fixo para exposições artísticas, o que não foi cumprido. Apesar da votação recente que retirou a palavra “artes” do nome do espaço, ela defende que a maior falha é a falta de ocupação efetiva. Flora ressaltou que há apoio dos cursos de Ciências Sociais e Artes, mas pouca adesão por parte de outros setores da universidade. Concluiu defendendo que o espaço seja um ambiente de valorização e profissionalização da cultura, com protagonismo para os artistas locais e formação dos alunos, mencionando ainda a criação de um acervo com obras de mais de 100 artistas. Durante a reunião, Flora foi avisada por Amanda sobre o limite de tempo de fala e orientada a enviar os documentos referentes ao espaço cultural da UNIVASF por e-mail, para análise do Conselho. Concluiu destacando a urgência de preservar o espaço, uma vez que Petrolina e Juazeiro não possuem museus de arte, e relatou a perda de obras previstas para o acervo em razão do impasse. Solicitou apoio do Conselho para evitar a perda do espaço e fortalecer a atuação artística local. **Rafael Farias**, agradeceu a fala de Flora, demonstrou interesse em aprofundar o caso e pediu que ela também lhe enviasse os documentos. Destacou sua preocupação com linguagens culturais frequentemente negligenciadas, como as Artes Visuais, a Moda e a Gastronomia, e defendeu maior atenção estatal a essas áreas. Justificou seu atraso por estar envolvido com sua quadrilha junina, que estreará em breve no Sítio Trindade, no Recife. Rafael também informou sobre o envio de um documento ao TCE-PE, referente a uma medida cautelar que suspendeu os pagamentos a suplentes de projetos culturais. Esclareceu que a decisão não foi acolhida pelo tribunal e que os pagamentos serão retomados. Reforçou a importância da atuação do Conselho na defesa da cultura e comemorou o impacto positivo da retomada dos repasses, especialmente diante das festas juninas. Finalizou com um convite para a apresentação de sua quadrilha no domingo, dia 15. **Wilyssys Wolfgang** reforçou a fala de Flora Romanelli, destacando que Petrolina, terceira maior cidade de Pernambuco, não possui nenhum equipamento cultural do Estado e que é urgente preservar o espaço que está em risco. Ele também mencionou a importância de se discutir a denúncia feita por Natália Maia sobre irregularidades na seleção de projetos culturais, sugerindo que ela tivesse espaço para se manifestar. **Rafael Farias** concordou em conceder três minutos para Natália falar, abrindo a votação entre os conselheiros, que não apresentaram objeções. **Natália Maia** esclareceu, então, que não é uma “menina”, mas uma mulher

## REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 11/06/2025

de 38 anos, produtora audiovisual, com duas graduações e um mestrado. Afirmou que sua medida cautelar foi parcialmente acolhida pelo TCE, com base em parecer técnico que considerou procedente sua denúncia sobre falhas na classificação dos projetos da ampla concorrência. Segundo ela, projetos com menor pontuação foram aprovados, enquanto outros, com maior pontuação e pertencentes à mesma linguagem e região, ficaram na suplência. Criticou a resposta da Secult, classificando-a como frágil, e informou que entrou com agravo regimental. Natália afirmou que, pelo menos, 30 projetos foram injustamente excluídos e disse estar decepcionada com a postura do Conselho, ao qual havia recorrido repetidamente. Por fim, compartilhou seu contato para quem quisesse entender melhor o caso. **Rafael Farias** respondeu à fala de **Natália Maia**, esclarecendo que, ao se referir a ela como "menina", não teve a intenção de desrespeito e pediu desculpas caso tenha causado ofensa. Ressaltou que o Conselho não se posicionou contra sua denúncia, mas apenas solicitou celeridade no julgamento para não prejudicar os 196 suplentes com projetos empenhados. Defendeu a atuação do Conselho e sua própria postura como presidente, afirmando que trabalha pela coletividade, sem interesse pessoal, e pediu respeito mútuo nas discussões. Em seguida, **Wagner Egito** reforçou que **Natália** está em seu direito de cobrar ações do Conselho, que é um órgão da sociedade, com dever de fiscalização e atuação política e institucional. Apoiou sua iniciativa e parabenizou sua coragem. Por fim, **Nivaldo Jorge** fez um resgate histórico sobre o Conselho de Política Cultural de Pernambuco, destacando sua importância, a transição do modelo biônico para o democrático em 2016 e a relevância da participação da sociedade civil nas eleições do colegiado e das setoriais. Reforçou que o Conselho é parte do Sistema Nacional de Cultura e que sua atuação vai além das leis emergenciais, sendo um instrumento fundamental para a construção de políticas públicas culturais nos municípios. Convidou todos a participarem ativamente da próxima eleição, destacando a responsabilidade coletiva nesse processo. **Yasmin Neves**, secretária executiva do governo, apresentou a devolutiva dos 43 pontos levantados pelo Conselho durante a avaliação da PNAB 2024, incluindo propostas de melhorias para a PNAB 2025. Ela explicou que a plataforma do Ministério da Cultura ainda não está aberta para o envio do Plano de Ação Regional (PAR), mas que o Estado já está trabalhando no esboço do documento com base nas diretrizes previstas. Yasmin sugeriu a realização de reuniões unificadas entre os conselhos CEPC, Audiovisual, etc., para que houvesse uma construção coletiva e alinhada do plano. Ela apresentou um cronograma, propondo a apresentação dos temas da PNAB 2025 ao CEPC no dia 17 de junho, com análise e devolutiva até 25 de junho, validação final no dia 2 de julho e envio oficial do PAR até o dia 7 de julho, data limite para publicação. Também destacou a intenção de criar um edital

## REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 11/06/2025

único com linguagens culturais como categorias, visando evitar disparidades no ranqueamento das propostas. **Rafael Farias** propôs que as datas fossem colocadas em votação, uma a uma, para garantir um processo democrático e organizado durante a reunião. Ele concordou com a ideia das reuniões unificadas entre os conselhos e reforçou a importância do cumprimento dos prazos e da transparência no processo. O foco da discussão foi organizar e aprovar um calendário para a construção do PAR da PNAB 2025, garantindo a participação dos conselhos culturais e buscando melhorias no processo, especialmente no que diz respeito às desigualdades entre as diferentes linguagens culturais, para tratar da prestação dos temas da PNAB. Rafael confirmou que a reunião extraordinária para apresentação dos temas da PNAB será realizada na terça-feira, sem abstenções ou votos contrários. A próxima etapa, análise e devolutiva pelo CEPC, ocorrerá em 25 de junho de 2025, quarta-feira após o São João. O documento com as datas será disponibilizado para todos, e qualquer alteração seria discutida previamente. A construção interna da Secult terá prazo até 1º de julho, com apresentação e validação final marcada para 2 de julho. **Wagner Egito** questionou se as propostas da setorial de produção cultural, que ele enviou, foram incluídas no documento final, pois havia dúvidas sobre possíveis redundâncias ou conflitos. **Rafael** solicitou que Yasmin confirmasse o recebimento do documento, e **Yasmin Neves** afirmou que recebeu e encaminhou os documentos ao governo, destacando que todos os materiais recebidos são compartilhados com o Conselho para garantir transparência. **Rafael** explicou o cronograma: no dia 17/06 seria feita a sistematização das propostas enviadas, que será apresentada para discussão; até 25/06, o Conselho poderia enviar sugestões de mudanças; a Secult teria até 1º de julho para analisar e responder às demandas; e em 2/07 seria feita a apresentação e validação final do documento pelo Conselho. Rafael enfatizou que o prazo final para publicação seria 3/07, para envio ao Ministério até 7/07. **Willyssys Wolfgang** questionou se haveria tempo para ajustes após a apresentação final, lembrando que, no ano anterior, a publicação ocorreu um dia após a apresentação, sem tempo para mudanças. **Rafael** esclareceu que a maior parte das discussões e ajustes ocorreria antes, nos prazos já estipulados, e que a reunião do dia 2/07 seria o último momento para validação formal. **Yasmin Neves** reforçou que, após o envio até 25/06, não haverá mais reuniões formais, apenas a organização interna para formalizar o documento. **Rafael** colocou a data de 02/07 para validação final em votação, sendo aprovada sem oposição. Também propôs, em votação, a realização de uma reunião unificada entre conselhos para tratar da PNAB, pedindo manifestação contrária caso houvesse. **Cleonice Maria** pediu a confirmação se as devolutivas da última reunião seriam apresentadas antes da votação. **Rafael Farias** reforçou a importância do processo democrático e explicou que colocaria em

## REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 11/06/2025

votação as datas das reuniões conjuntas com outros conselhos, marcadas para 17/06 e 02/07, para discutir e validar o documento da PNAB. Não houve oposição ou abstenção, e ficou definido que serão feitas reuniões unificadas, com convite aos demais conselhos. Em seguida, **Yasmin Neves** apresentou as devolutivas sobre os 43 pontos discutidos, ressaltando que alguns já estão em execução, outros em estudo técnico, e que a secretaria tem vontade de construir coletivamente, embora algumas decisões dependam de outros órgãos. Ela informou que 68 dos 80 pontos suplentes enviaram documentação, com 64 pagos e 4 desclassificados. Também falou sobre um saldo de R\$ 1.059.000 para lançar um edital de premiação para os pontos, que precisa da validação formal do Conselho, embora já exista concordância informal. Yasmin Neves apresentou uma extensa devolutiva aos 42 pontos levantados pelo Conselho, explicando detalhadamente como a Secretaria de Cultura tem tratado cada questão para aprimorar o processo da PNAB. Iniciou ressaltando a disponibilização de súmulas detalhadas no sistema Mapa Cultural, que já oferece pareceres e resultados organizados por regionalização, linguagem e cotas, enfatizando que o ponto de corte está no edital e não na lista pública. Explicou que a reserva de vagas seria respeitada, eliminando termos como “aproximadamente”, com tabelas mais claras por linguagem e região. Yasmin também mencionou o vídeo explicativo em produção e a necessidade de melhor compreensão das diretrizes da PNAB, incluindo a combinação de critérios para seleção: regionalização, reserva de vaga e linguagem. Sobre a avaliação das propostas, reforçou a imparcialidade do parecerista e a importância do aporte financeiro para garantir qualidade nas análises. No que tange aos suplentes, detalhou que cronogramas e rendimentos estão publicados no sistema e que o processo depende da conclusão das etapas anteriores, ressaltando que as regras para suplentes são as mesmas dos primeiros selecionados. Comentou sobre o combate às fraudes, especialmente nas denúncias relacionadas à heteroidentificação, endereço e documentação, detalhando o processo de apuração, a integração com a Ouvidoria do Estado e a importância da fiscalização coletiva pelo Conselho. Mecanismos para devolutiva aos denunciadores seriam implementados. Yasmin também falou da construção de processos para garantir a ocupação correta das vagas reservadas, incluindo solicitação de fotos e vídeos para comprovação de autodeclaração, e ampliou a discussão sobre a distribuição regional (40-20-20), que está em constante aprimoramento para contemplar mais pessoas, especialmente da Zona da Mata. No aspecto da transparência, apontou o planejamento coletivo da distribuição de recursos entre linguagens, deixando claro que não será adotada a proposta de dividir 30% para o Sertão e 70% para o restante, pois a distribuição atual atende à demanda. Explicou a priorização de investimentos em fomento em vez de premiações, mas anunciou um edital de premiação

**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO  
ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 11/06/2025**

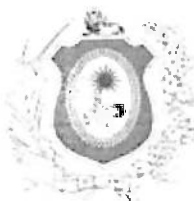
para pontos e pontões, complementando ações municipais. Sobre bonificações, explicou que o Conselho está construindo critérios para garantir que os bônus respeitem tetos e critérios técnicos, evitando distorções. A publicação de erratas para corrigir eventuais alterações nos editais já ocorre, assim como a manutenção da dispensa de certidão no início do processo e esforços para evitar pedidos duplicados de documentação. No âmbito dos editais de bolsas e interiorização, Yasmin ressaltou que o foco atual é na internacionalização, alinhado às demandas identificadas. Deu garantias de que as vagas reservadas por categorias e regiões serão contempladas, mesmo com limitações orçamentárias, destacando a necessidade de um número mínimo por faixa para viabilizar a política afirmativa. Quanto ao atendimento, destacou a centralização em um único e-mail e o reforço da equipe para suporte por telefone, facilitando o acesso de quem está no interior. Assegurou que projetos aprovados não serão desclassificados por falhas burocráticas, desde que os documentos fossem entregues no prazo, e que há um edital específico para investimentos estruturantes, contemplando também manuais para uso de marcas e prestação de contas. Mencionou o estudo para destinação de recursos de infraestrutura em regiões sem equipamentos culturais e adotou a prática de remanejamento automático de recursos não utilizados para convocação de suplentes, otimizando o orçamento. Por fim, falou da inclusão de pessoas neurodivergentes nas cotas para pessoas com deficiência, em parceria com outras instituições para garantir acessibilidade e inclusão. Encerrando, afirmou ter abordado todos os 42 pontos, reafirmando o compromisso da Secretaria em construir o processo da PNAB de forma coletiva, transparente e eficiente. **Rafael Farias** agradeceu a Yasmin Neves pela devolutiva e passou a palavra para os conselheiros que tinham questionamentos escritos, iniciando por **Willyssys Wolfgang**. **Willyssys Wolfgang** agradeceu à secretária, mas comentou que não ouviu claramente os pontos 23 e 24, questionando se foram atendidos. **Yasmin Neves** esclareceu que sim, pois fazem parte da construção das bonificações, detalhando a distribuição por faixa: 40% para ampla concorrência, 25% para pessoas negras, 10% para povos originários e 5% para pessoas com deficiência. **Willyssys Wolfgang** ainda pediu esclarecimentos sobre o limite de bonificação de 5 pontos, que **Yasmin Neves** confirmou estar em processo de apresentação completa. Como representante do Sertão, **Willyssys Wolfgang** questionou, por que o pleito do ponto 16 — que reivindica pelo menos 30% de recursos para a região do Sertão — não está sendo atendido. Ele ressaltou a grande extensão territorial, a dificuldade logística e a falta de diálogo entre as regiões, argumentando que o sistema atual não contempla adequadamente o Sertão. Expressou ainda preocupação com a ausência de equipamentos culturais em Petrolina e região, a terceira maior cidade do estado, e pediu esclarecimentos sobre os critérios de seleção,

## REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 11/06/2025

ênfatizando a importância de investir em infraestrutura para beneficiar artistas locais e a cultura regional em longo prazo. **Cleonice Maria** reforçou a preocupação com a falta de equipamentos culturais no estado, especialmente na região acima de Petrolândia, destacando a necessidade de contemplar pontos de cultura sem CNPJ e a urgência de equipamentos acessíveis para a produção cultural local. **Yasmin Neves** respondeu que a distribuição atual (40% ampla concorrência, 20% para pessoas negras, 20% para povos originários) está baseada na demanda de inscritos e contemplados por região, e que Sertão e Mata têm particularidades. Sobre os equipamentos no Sertão, explicou que a prioridade é organizar e tornar utilizáveis os equipamentos já existentes antes de pensar em novos, e que há diálogo com outras instituições, pois hoje não existe estrutura dedicada. **Rafael Farias** encerrou as inscrições, manifestando solidariedade às falas de Wllyssys Wolfgang e Cleonice Maria, e ressaltou a necessidade de olhar o Sertão com mais atenção, dada sua extensão e especificidades culturais. Reforçou que é hora de insistir na ampliação do percentual para a região e destacou a importância do trabalho de busca ativa para ampliar o acesso à inscrição de projetos, já que a demanda ainda é baixa por falta de acesso dos agentes culturais locais. Propôs seguir para o próximo ponto da pauta: eleições do CEPC e das Comissões Setoriais. **Wllyssys Wolfgang** expressou preocupação com a baixa resposta às demandas relacionadas à regionalização, especialmente o ponto 25, que recebeu muitas reclamações dos grupos culturais. Perguntou se houve escuta desses grupos, pois há feedback de centenas de pessoas, e pediu esclarecimentos sobre o tratamento desse ponto, ênfatizando a importância do equilíbrio nas bonificações para que agentes, independentemente do uso das induções, tivessem chances justas. **Yasmin Neves** respondeu que o processo de indução vem sendo estudado desde o ano anterior para buscar equilíbrio nos editais, incluindo a chamada de suplentes conforme as regras. Confirmou que há ampla concorrência e reserva de vagas em todos os editais e que o tema das bonificações será sistematizado e discutido com o Conselho, reafirmando o compromisso com a política afirmativa para garantir justiça. **Rafael Farias** levantou a questão da comissão eleitoral do CEPC e das comissões setoriais, propondo a formação de uma nova comissão eleitoral, uma vez que a anterior se destinou apenas às eleições setoriais anteriores. Mencionou a necessidade de uma comissão paritária, cujos membros não poderão se candidatar, e afirmou que abrirá prazo para interessados se manifestarem. Também comentou sobre o apoio operacional da Secretaria de Cultura e sugeriu aproveitar estruturas já existentes no sistema Mapa Cultural. **Wagner Egito** ressaltou a importância e urgência das eleições para o Conselho e comissões setoriais, propondo a formação imediata de uma comissão eleitoral única para ambos, visando agilizar o processo e coincidir mandatos. Defendeu que



Secretaria  
de Cultura



GOVERNO DE  
**PERNAMBUCO**  
ESTADO DE MUDANÇA

## REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 11/06/2025

a eleição ocorresse até outubro e que a comissão fosse formada sem votação, apenas com ratificação posterior. **Rafael Farias** concordou com Wagner Egito, informou que está em contato com a Secretaria para apoio operacional, abriu prazo para interessados na comissão eleitoral e destacou que as decisões técnicas ficarão a cargo da comissão. **Nivaldo Jorge** concordou parcialmente, alertando que o Regimento Interno prevê comissões eleitorais separadas para Conselho e comissões setoriais. Explicou o histórico de formação dessas comissões e enfatizou a necessidade de responsabilidade na realização das eleições para evitar prorrogações ou caducidade dos mandatos, expressando preocupação com a organização e cumprimento dos processos. **Rafael Farias** finalizou reforçando que o prazo para formar a comissão eleitoral seria aberto no grupo de trabalho, em conformidade com o Regimento, agradeceu a participação de todos, encerrando a reunião e convocando para o próximo encontro na terça-feira. Eu, **Amanda Oliveira de Araújo Carneiro**, Secretária, lavrei a presente ata, que, após ser considerada conforme, será assinada por mim e pelos demais conselheiros e conselheiras presentes.

---

Amanda Oliveira de Araújo Carneiro

---

Rafael Farias Almeida (Presidente)

---

Nivaldo Jorge da Silva

---

Arthur Bruno de Medeiros Teti

---

Thaynna Leocádio Trajano Lacerda Souza

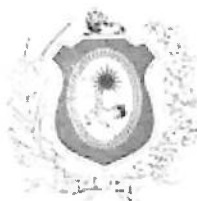
---

Fabio Alexandre Melo Ferreira da Silva





Secretaria  
de Cultura



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BU  
CO**  
ESTADO DE MUDANÇA

**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO  
ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 11/06/2025**

Severino Carlos Amorim

Ana Paula de Santana

Wagner Staden de Vasconcelos Egito

Cleonice Maria dos Santos

Gilmar Correia da Silva

Roberto Gercino

Willyssys Wolfgang Reis Dias Araújo

Filipe Moura

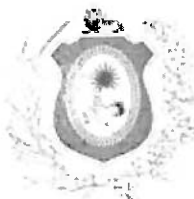
Josenildo Sinésio

Juliana Amaral Crasto Rodrigues

Rennan Mendes dos Santos



Secretaria  
de Cultura



**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO  
ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 11/06/2025**

---

Natália Oikawa

---

Lana Monteiro

---

Renan Cabral da Silva

---

Isabele Melo Pereira

---

Wilton de Melo Barbosa